



EXCELENTÍSSIMO SENHOR ORDENADOR DE DESPESAS DA CRO/3

Ref.: Edital nº CONCORRÊNCIA Nº 02/2017-CRO3

Ato Administrativo de inabilitação em Licitação

INCORPORADORA POLGA EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 16.604.046/0001-50, sediada na cidade de Santiago/RS, CEP 97700-000, à Rua General Canabarro, nº 720, Sala 1, representada pelo sócio proprietário **ROBSON SILVEIRA POLGA**, brasileiro, maior, separado judicialmente, Engenheiro Civil, portador da CNH nº 00917522684 – DETRAN/RS, CPF nº 994.719.140-00, residente e domiciliado nesta cidade de Santiago/RS, vem, tempestivamente, perante V. Exa., apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** com as inclusas razões, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea a) e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, da Lei Federal nº 8.666/93, exercendo seu **DIREITO DE PETIÇÃO**, assegurado no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea a), da Constituição Federal, expor e requerer o que segue.

1 - PRELIMINARMENTE

Em primeiro plano, sobre o direito de petição, a RECORRENTE transcreve ensinamento do professor **José Afonso da Silva**, em sua obra “Direito Constitucional Positivo”, ed. 1.989, página 382:

“É importante frisar que o direito de petição não pode ser destituído de eficácia. Não pode a autoridade a que é dirigido escusar-se de pronunciar sobre a petição, quer para acolhê-la

Rua General Canabarro, Nº 720 - Sala 02
Centro - Santiago - RS

Fones: (55) 3251.9223 | 9947.9737 | 9975.2614



quer para desacolhê-la com a devida motivação”.

Também o renomado Mestre **Marçal Justen Filho**, “in” Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed., pág. 647 assim assevera:

“A Constituição Federal assegura, de modo genérico, o direito de petição (art. 5º, XXXIV, a), como instrumento de defesa dos direitos pessoais, especialmente contra atos administrativos inválidos. Além disso, a Constituição assegura a publicidade dos atos administrativos (art. 37) e o direito ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, inc. LV)”.

Assim, requer a RECORRENTE que as razões aqui formuladas sejam devidamente autuadas e, se não acolhidas, o que se admite apenas e tão somente “*ad argumentandum*”, que haja uma decisão motivada sobre o pedido formulado.

1.1. - DO EFEITO SUSPENSIVO

Requer a RECORRENTE, sejam recebidas as presentes razões e encaminhadas à autoridade competente para sua apreciação e julgamento, em conformidade com o artigo 109, parágrafos 2º e 4º da Lei nº 8.666/1993, concedendo efeito suspensivo à inabilitação aqui impugnada até julgamento final na via administrativa.

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

§ 2º O recurso previsto nas alíneas a e b do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse

Rua General Canabarro, N° 120 - Sala 02

Centro - Santiago - RS

Fones: (55) 3251.9223 | 9947.9737 | 9975.2614

público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

(...)

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

2 - DOS FATOS

Atendendo ao chamamento da Comissão Regional de Obras – CRO/3, a RECORRENTE participou de Licitação Pública sob a modalidade de Concorrência, oriunda do Edital nº 002/2017-CRO3.

Devidamente representada pelo Sr. JOSÉ ROQUE PAVANELO POLGA, já qualificado na Ata de reunião de Habilitação, no dia do julgamento da habilitação, a RECORRENTE entregou dois envelopes: um contendo a documentação e o outro a proposta comercial.

Ocorre que a Comissão de Licitações, presidida pela Sra. Ten Cel Cristina Fleig Mayer, unanimemente, decidiu declarar a ora recorrente INABILITADA, por suposto descumprimento do item nº 7.3.3.4.2 do Edital.

3 - DO DIREITO

Ab initio, cumpre verificar que o artigo 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/1993 preleciona que tanto a Administração Pública como

os interessados ficam obrigados à observância dos termos e condições previstos no Edital.

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Por sua vez, assim preconiza o edital nos itens 10.12. e 10.12.1., *verbis*:

10.12. Será considerado inabilitado o licitante que:

10.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (Grifamos)

De pronto, ao interpretar a primeira parte do citado subitem do edital depreende-se que, na hipótese de documentação incompleta, não haverá a inabilitação do licitante, eis que só levam à inabilitação os documentos apresentados fora do prazo de validade ou desatualizados.

Este é o ponto crucial: a dubiedade do texto.



Consabido que o objeto imediato do procedimento licitatório é a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da administração e, como objeto mediato, a obtenção de certa e determinada obra ou serviço que atenda aos anseios da Administração. A formalidade excessiva evidencia obstáculo ao resguardo do próprio interesse público, que consiste na obtenção do menor preço.

São frequentes as decisões do Tribunal de Contas da União que prestigiam a **adoção do princípio do formalismo moderado** e a possibilidade de saneamento de falhas ao longo do procedimento licitatório.

Resumidamente, o formalismo moderado se relaciona à ponderação entre o princípio da eficiência e o da segurança jurídica, ostentando importante função no cumprimento dos objetivos descritos no art. 3º da Lei de Licitações: busca da proposta mais vantajosa para a Administração, garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Nesse sentido, orienta o **Tribunal de Contas da União**, no acórdão 357/2015-Plenário:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Nota-se que sua utilização não significa desmerecimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório ou negativa de vigência do caput do art. 41, da Lei nº 8.666/93 que

Rua General Canabarro, Nº 720 - Sala 02
Centro - Santiago - RS

Fones: (55) 3251.9223 | 9947.9737 | 9975.2614

dispõe sobre a impossibilidade de a Administração descumprir as normas e condições do edital. Trata-se de solução a ser tomada pelo intérprete a partir de um conflito de princípios:

“Diante do caso concreto, e a fim de melhor viabilizar a concretização do interesse público, pode o princípio da legalidade estrita ser afastado frente a outros princípios.” (Acórdão 119/2016-Plenário)

Ao contrário do que ocorre com as regras/normas, os princípios não são incompatíveis entre si. Diante de um conflito de princípios (p. ex., vinculação ao instrumento convocatório x obtenção da proposta mais vantajosa), a adoção de um não provoca a aniquilação do outro. Esse raciocínio pode ser percebido na seguinte decisão do **Tribunal de Contas da União**:

“Rigor formal no exame das propostas dos licitantes não pode ser exagerado ou absoluto, sob pena de desclassificação de propostas mais vantajosas, devendo as simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes, serem sanadas mediante diligências.” (Acórdão 2302/2012-Plenário)

Por óbvio, quanto mais participantes houver, mais e melhores serão as possibilidades de a Administração firmar contratos que melhor atendam os seus interesses, e de consequência, o interesse público.

Em razão disto, os administradores públicos não podem se deixar levar por rigorismos inúteis e preciosismos técnicos, pois que apenas retardam e oneram o processo de seleção.

Com a habitual precisão, **Hely Lopes Meirelles** ensina que:

"A orientação correta nas licitações é a dispensa de rigorismos inúteis e a não exigência de formalidades e documentos desnecessários à qualificação dos interessados em licitar [...] É um verdadeiro estrabismo público, que as autoridades superiores precisam corrigir, para que os burocratas não persistam nas suas distorções rotineiras de complicar aquilo que a legislação já simplificou [...] Os administradores públicos devem ter sempre presente que o formalismo inútil e as exigências de uma documentação custosa afastam muitos licitantes e levam a Administração a contratar com uns poucos, em piores condições para o Governo. (Licitação e Contrato Administrativo, RT, 8ª ed. p. 121) "

Oportuno, a propósito, invocar a decisão abaixo, proferida pelo **Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**, cujo orientação deveria ser seguida no julgamento do presente recurso, *verbis*:

"Visa a concorrência a fazer com que o maior número de licitantes se habilitem para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconsistentes com a boa exegese da lei devem ser arredados. Não deve haver nos trabalhos nenhum rigorismo e na primeira fase da habilitação deve ser de absoluta singeleza o procedimento licitatório" (in RDP 14/240). (Grifamos)

Sintetizando, nas palavras do professor **Adilson Dallari**: ***"licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital"***.

Sobre o princípio da competitividade, diga-se que é a essência da licitação, porque só se pode promover o certame, esta

Rua General Canabarro, Nº 720 - Sala 02

Centro - Santiago - RS

Fones: (55) 3251.9223 | 9947.9737 | 9975.2614



disputa, aonde houve competição. Com efeito, aonde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória. Se ela não existe, a licitação é impossível de ocorrer.

No caso aqui *in concreto*, a inabilitação da RECORRENTE prejudica a competitividade, pois restará apenas um licitante. Portanto, a competição é a “**alma da licitação**”, devendo-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição.

Assim sendo, não se configura contrariedade ao edital a complementação da documentação referente à capacitação técnico-profissional do responsável técnico Engenheiro Mecânico **IVON SAVIO QUÉDI SCHERER**, consistindo na CAT nº 1652869.

4 – DO PEDIDO

Assim, diante de tudo ora exposto, a RECORRENTE requer digne-se V. Senhoria conhecer as razões do presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, dando-lhe **PROVIMENTO**, culminando assim com a anulação da decisão em apreço, declarando-se a RECORRENTE **habilitada para prosseguir no pleito**, como medida da mais transparente Justiça!

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que a Comissão de Licitações reconsidere sua decisão e, não sendo este o entendimento, faça este recurso subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o parágrafo 4º, do artigo 109, da Lei nº 8.666/1993, observando-se ainda o disposto no parágrafo 3º do mesmo artigo.



Nesses termos,

Pede deferimento.

De Santiago para Porto Alegre, RS, 29 de setembro de 2017.

INCORPORADORA POLGA EIRELI
ROBSON DA SILVEIRA POLGA
CPF Nº 994.719.140-00

JOSÉ ROQUE PAVANELO POLGA
Representante



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO

1652869

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **IVON SAVIO QUÉDI SCHERER** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **IVON SAVIO QUÉDI SCHERER**

Registro: **RS046734**

RNP: 2201332339

Título Profissional: **ENGENHEIRO MECÂNICO**

1 / 1

Número de ART: **8596089**

Tipo de ART: **Prestação de Serviço Registrada em: 08/06/2016**

Baixada em: / /

Forma de Registro:

Participação técnica: **Individual/Principal**

Empresa Contratada: **NENHUMA EMPRESA**

Contratante: **BRASOX OXIGENIO IND. COM. LTDA**

CPF/CNPJ: **022783881000190**

Rua: **RUA ALMIRANTE BARROSO**

Nº: **50**

Complemento:

Bairro:

Cidade: **SANTA MARIA**

UF: **RS**

CEP: **97040030**

Contrato:

Celebrado em:

Valor do Contrato: **R\$ 14.000,00**

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Ação Institucional:

Endereço da obra/Serviço: **RUA TUIUTI**

Nº: **1919**

Complemento:

Bairro:

Cidade: **SANTA MARIA**

UF: **RS**

CEP: **0**

Data de Início: **07/06/2016** Previsão de Término: **01/08/2016**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade:

Código:

MPOG:

Proprietário: **INSTITUTO DE RADIOLOGIA SÃO LUCAS LTDA**

CPF/CNPJ: **950622478000160**

Atividade Técnica:

Descrição da Obra/Serviço:

Quant:

Und:

1- PROJETO E EXECUÇÃO

INSTAL. IND. E MECÂNICAS - CENTRAIS DE GASES

3.000,00

1/h

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Informações Complementares

Certidão de Acervo Técnico nº **1652869**

28 de Setembro de 2017 Hora: **9:31:25**

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS (www.crea-rs.org.br), em Serviços - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS.

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1993.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de substituição ou anulação de alguma ART nela constante.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Rua: São Luís, 77, CEP: 90620-170

Tel: (51) 3320-2100, E-mail: crears@crea-rs.org.br



CREA-RS
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Rio Grande do Sul

Dados da ART Agência/Código do Cedente 065-48/015117596 Nosso Número: 08596089.65

Tipo: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Participação Técnica: INDIVIDUAL/PRINCIPAL
Convênio: NÃO É CONVÊNIO Motivo: NORMAL

Contratado

Carteira: RS046734 Profissional: IVON SAVIO QUÊDI SCHERER E-mail: ivonscherer@hotmail.com
RNP: 2201332339 Título: Engenheiro Mecânico
Empresa: NENHUMA EMPRESA Nr.Reg.:

Contratante

Nome: BRASOX OXIGENIO IND. COM. LTDA E-mail:
Endereço: RUA ALMIRANTE BARROSO 50 Telefone: CPF/CNPJ: 022783881000190
Cidade: SANTA MARIA Bairro.: CEP: 97040030 UF: RS

Identificação da Obra/Serviço

Proprietário: INSTITUTO DE RADIOLOGIA SÃO LUCAS LTDA
Endereço da Obra/Serviço: RUA TUIUTI 1919 CPF/CNPJ: 950622478000160
Cidade: SANTA MARIA Bairro: CEP: UF: RS
Finalidade: OUTRAS FINALIDADES Vlr Contrato(R\$): 14.000,00 Honorários(R\$): 1.000,00
Data Início: 07/06/2016 Prev.Fim: 01/08/2016 Ent.Classe:

Atividade Técnica	Descrição da Obra/Serviço	Quantidade	Unid.
Projeto e Execução	Instal. Ind. e Mecânicas - Centrais de Gases	3.000,00	l/h

ART registrada (paga) no CREA-RS em 08/06/2016

Local e Data	Declaro serem verdadeiras as informações acima IVON SAVIO QUÊDI SCHERER Profissional	De acordo BRASOX OXIGENIO IND. COM. LTDA Contratante
--------------	--	--

A AUTENTICIDADE DESTA ART PODERÁ SER CONFIRMADA NO SITE DO CREA-RS, LINK CIDADÃO - ART CONSULTA